# ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

## 1 INTRODUÇÃO

Esta análise tem por objetivo avaliar o comportamento do mercado de trabalho brasileiro no primeiro semestre de 2015, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad Contínua/IBGE), procurando referenciá-lo no contexto de seu desempenho nos últimos anos, principalmente o primeiro semestre de 2014, de modo a minimizar interferências de ordem sazonal. Complementarmente serão utilizadas as informações da Pesquisa do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Um apêndice ao final do texto compara a evolução dos principais indicadores quando medidos pela Pnad Contínua e pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Antes de entrar na análise do mercado de trabalho propriamente dito é preciso ter em mente que economia brasileira passa por um momento delicado. O produto interno bruto (PIB)[1] apresentou queda de 1,9% na comparação do segundo trimestre de 2015 contra o primeiro trimestre do ano.[2] No resultado para o primeiro semestre de 2015, o PIB caiu 2,1% em relação a igual período de 2014. Esses números comprovam a tendência de enfraquecimento da atividade econômica que já se observava na segunda metade de 2014. Já em relação à inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 6,17% no primeiro semestre de 2015, registrando a taxa mais elevada para o período de janeiro a junho desde 2003 (6,64%). Além da queda no nível de atividade e da inflação elevada, o aumento dos juros e o contexto político marcado por incertezas são fatores que também podem influenciar negativamente o quadro atual do mercado de trabalho brasileiro via retração dos investimentos.

Diante desse cenário os indicadores do mercado de trabalho evoluíram de forma preocupante no passado recente. O destaque negativo fica por conta da taxa de desemprego que apresenta uma tendência de elevação expressiva conforme veremos adiante.

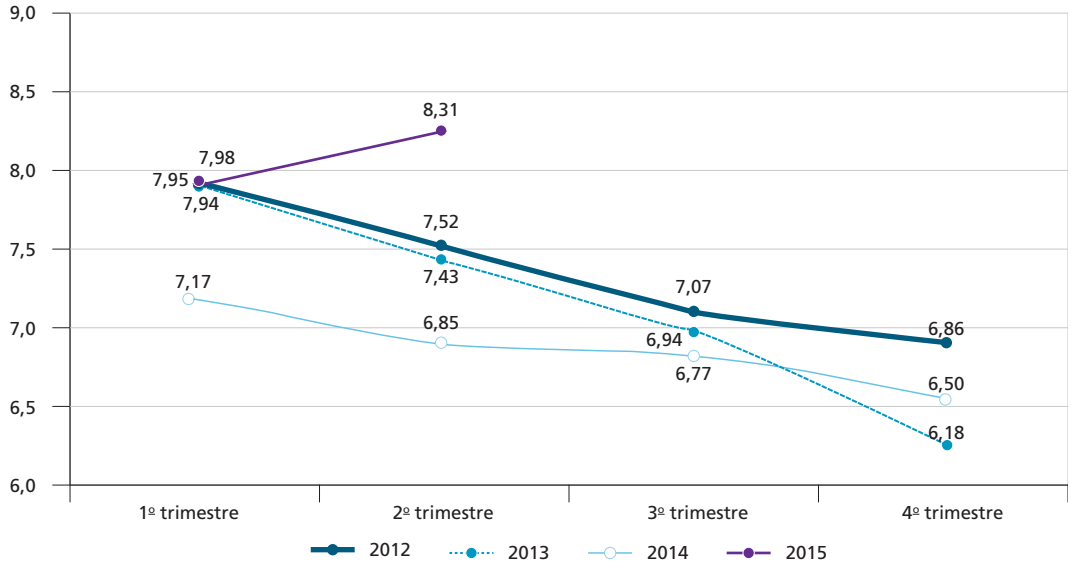
## 2 TAXA DE ATIVIDADE E DESEMPREGO

O gráfico 1 mostra a trajetória da taxa de desemprego para os anos de 2012 a 2015. No primeiro semestre de 2015, ela apresentou um valor médio de 8,1%, ficando 1,1 p.p. acima do verificado para o primeiro semestre de 2014, quando registrou 7,0%. Essa variação corresponde a um crescimento de 15,9% na taxa de desemprego entre o primeiro semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015. Vale destacar o considerável aumento no primeiro semestre de 2015, quando a taxa variou de 6,5% no quarto trimestre de 2014 para 8,3% no segundo trimestre de 2015. No gráfico é possível notar que a magnitude deste aumento no primeiro semestre de 2015 destoa dos registrados ao longo de primeiros semestres dos outros anos recentes.

1. Ver IBGE, disponível em: <www.ibge.gov.br>.

2. Levando-se em consideração a série com ajuste sazonal.

GRÁFICO 1
**Taxa de desocupação**
(Em %)




Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

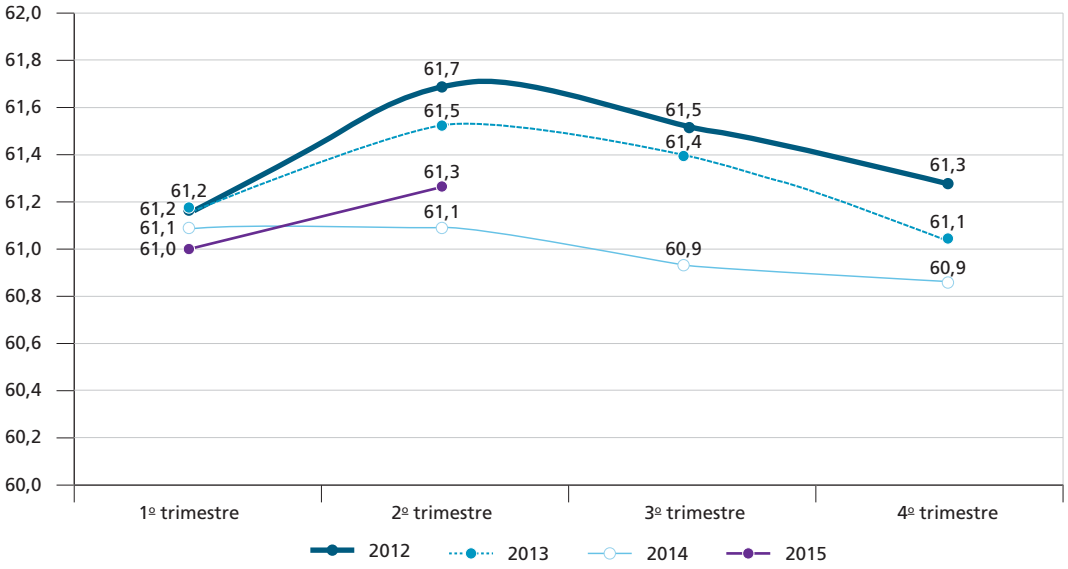
Para entender melhor a evolução dessa taxa é interessante desagregá-la segundo características da força de trabalho. Na comparação dos valores médios entre o primeiro semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015 os grupos com mais altas taxas de desemprego apresentaram o menor crescimento percentual dessa taxa. Por exemplo, as mulheres registram nesse período um aumento de 14,3% na taxa de desemprego contra um aumento de 17,4% para os homens. De forma semelhante, o indivíduo com educação intermediária (entre fundamental completo e médio incompleto) registra um crescimento de 13,4% na taxa de desemprego entre o primeiro semestre de 2014 e de 2015; enquanto os grupos com níveis mais baixos (ensino fundamental incompleto) e mais altos (médio completo) de educação registram crescimento de 16,3% e 17% respectivamente.

O padrão se repete por faixa etária, embora com uma variação menos pronunciada entre os grupos. Os jovens (14 a 24 anos) registram um crescimento na taxa de desemprego de 16,5% no mesmo período, enquanto os grupos de 25 a 59 anos e de 60 anos ou mais registram crescimento de 17,3% e 17,6% respectivamente.

No recorte por regiões, as diferenças no crescimento percentual da taxa de desemprego voltam a ser pronunciadas entre os grupos. No entanto continua valendo a regra de menores taxas de crescimento para o recorte com maior taxa de desemprego. No caso, temos a região Nordeste apresentando um crescimento de 9,5% na taxa de desemprego entre o primeiro semestre de 2014 e o de 2015 contra 25% e 27,6% para as regiões Sul e Centro-Oeste.

O gráfico 2 ilustra a evolução da taxa de participação (ou taxa de atividade) ao longo dos anos de 2012 a 2015. A média da taxa de atividade para o primeiro semestre de 2015 ficou estável em relação ao mesmo período de 2014 (em torno de 61,1%). Nota-se, porém, um crescimento dessa taxa no primeiro semestre de 2015, variando de 60,9% no quarto trimestre de 2014 para 61,3% no segundo trimestre de 2015. Esse crescimento contrasta com uma estabilidade registrada para os primeiros semestres de 2014 e 2013. Ou seja, houve uma pressão no desemprego vindo pelo lado da oferta de trabalho no primeiro semestre de 2015.

GRÁFICO 2
**Taxa de atividade**
(Em %)




Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

Já na decomposição da taxa de participação por gênero, observamos uma queda na participação dos homens e um aumento na participação das mulheres em todo o período analisado. A taxa de participação entre os homens no primeiro semestre de 2015 foi de 72,2%, com uma queda de 0,6% em relação ao primeiro semestre de 2014. Já a taxa feminina foi de 51,1% em 2015, com um crescimento de 0,8%. Ou seja, os homens experimentaram um maior aumento no desemprego mesmo com uma queda na taxa de participação.

Algo semelhante ocorre na desagregação por grau de instrução. A participação dos mais escolarizados apresentou uma redução de 0,7% na comparação entre os semestres de 2014 e 2015, enquanto aqueles com ensino fundamental incompleto; e com ensino fundamental completo e médio incompleto não apresentaram variação significativa.

Ou seja, os homens e os mais escolarizados apresentaram o maior crescimento na taxa de desemprego, mesmo com (as maiores) quedas na taxa de participação. Isso sugere um comportamento preocupante para a evolução da população ocupada desses segmentos.

Ao observarmos a desagregação por faixas etárias nota-se uma leve queda de 0,3% na participação dos jovens no mercado de trabalho. Esse resultado levanta a hipótese de que o menor aumento no desemprego dos jovens deve-se a uma menor entrada desse grupo na força de trabalho, já que os adultos (25 a 59 anos) e os mais velhos (60 anos ou mais) tiveram aumentos (de 0,5% e 1,8% respectivamente) na taxa de participação, na comparação entre as médias semestrais de 2015 e 2014.

Na desagregação por grandes regiões, podemos notar que, comparando a média semestral de 2015 com a média do mesmo período de 2014, a taxa de participação teve ligeiro acréscimo para todas as regiões,[3] à exceção da região Sul, onde se registra um decréscimo de 0,1% entre os primeiros semestres de 2014 e 2015. Vale destacar que essa região apresentou um dos maiores aumentos na taxa de desemprego, apesar da recém mencionada queda na taxa de participação; fazendo jus, portanto, às mesmas preocupações relativas à evolução do nível de ocupação expressas antes para outros recortes da população.

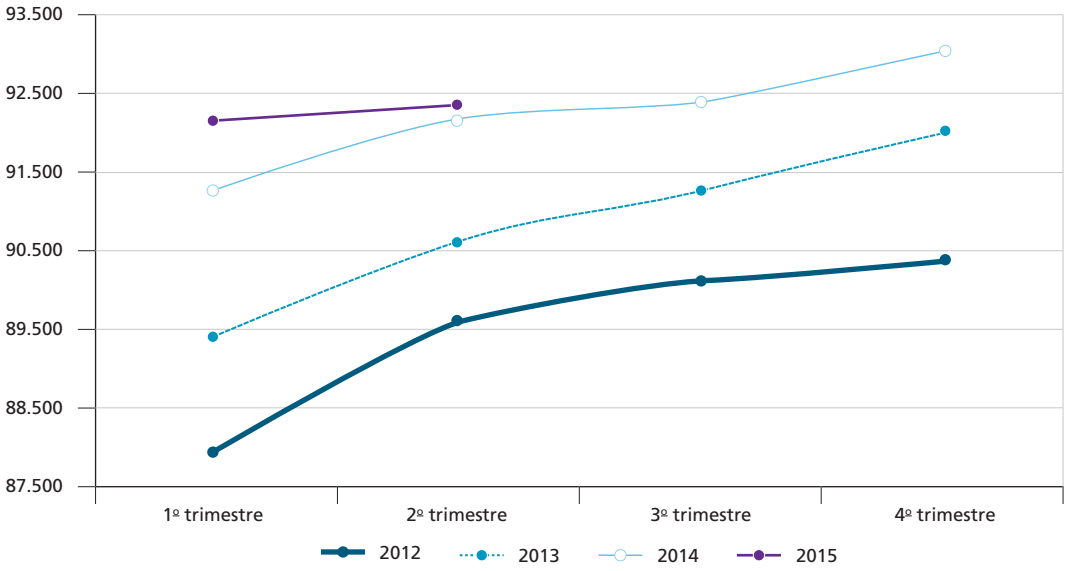
3. Ver anexo estatístico.

## 3 OCUPAÇÃO

Ao analisar a ocupação nos últimos anos, verifica-se que no primeiro semestre de 2015 a média da população ocupada foi de aproximadamente 92,1 milhões. Esse valor agregado apresentou uma variação de 0,5% comparado ao mesmo período do ano anterior, o que representa um crescimento de aproximadamente 465 mil postos de trabalho. Já a taxa de ocupação, medida pela proporção de ocupados em relação à população em idade de trabalhar (população em idade ativa – PIA), registra uma queda de 1,1% nesse mesmo período, passando de 56,8% no primeiro semestre para um valor médio de 56,2% no primeiro semestre do corrente ano. A evolução trimestral deste indicador entre os anos de 2012 e 2015 é apresentado no gráfico 3. Nele, é possível notar que o nível de ocupação caiu no primeiro semestre de 2015, passando de aproximadamente 92,9 milhoes de ocupados no quarto trimestre de 2014 para 92,2 milhões no segundo trimestre de 2015. Já em 2014 e 2013 houve um crescimento para o mesmo período do ano.

Juntando as peças apresentadas até aqui, tivemos um primeiro semestre desse ano com aumento da força de trabalho, mas com diminuição de postos de trabalho. Essa combinação explica o aumento expressivo da taxa de desemprego nesses primeiros seis meses de 2015.

GRÁFICO 3
**Número de ocupados**
(Em milhares)




Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

No que diz respeito aos diversos grupos analisados, registrou-se quedas relativamente mais expressivas da taxa de ocupação para os homens e os mais escolarizados, conforme havia sido predito com base nos respectivos comportamentos das taxas de desemprego e participação desses grupos.

Na desagregação por gênero, houve uma diminuição de 1,6% na taxa de ocupação masculina contra uma diminuição de 0,5% para as mulheres, entre os primeiros semestres de 2014 e 2015. Na desagregação por grau de instrução, todos os grupos tiveram redução na taxa de ocupação na comparação 1º semestre de 2014/1º semestre de 2015 com os mais escolarizados (ensino médio completo), apresentando queda de 2%, seguido daqueles

com ensino fundamental completo ou médio encompleto (-1,4%), e por último, com a menor queda na taxa média, o grupo com apenas o ensino fundamental incompleto (-1,2%).

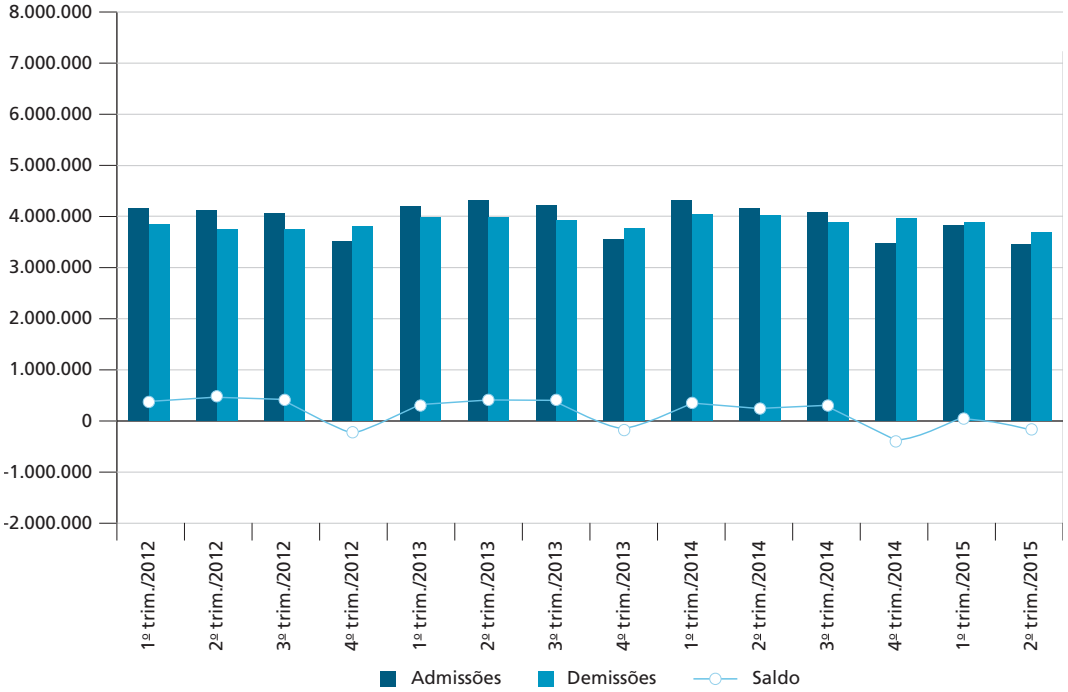
Com relação à taxa de ocupação por faixa etária, houve uma elevação de 1,4% registrada entre os primeiros semestres de 2014 e 2015 para a taxa de ocupação dos idosos e quedas de 3,5% e de 0,4% na taxa de ocupação dos mais jovens (14 a 24 anos), e daqueles com idade intermediária (25 a 59 anos), respectivamente. É interessante notar que o crescimento na taxa de ocupação dos idosos não foi suficiente para evitar um aumento relativamente expressivo na taxa de desemprego em virtude do aumento também expressivo na taxa de participação desse segmento.

Direcionando a análise aos dados regionais, pode-se dizer que todas as cinco regiões apresentaram variação negativa ao comparar o desempenho da taxa de ocupação do primeiro semestre de 2015 e 2014.[4]

A análise sobre a dinâmica da população ocupada pode ser enriquecida com os dados de fluxos do Caged/MTE. O gráfico 4 mostra o número de admissões, desligamentos e saldo agregado do emprego nos trimestres de 2012 a 2015. Nele, podemos notar que diferente dos primeiros trimestres dos anos anteriores, os dois primeiros trimestres de 2015 apresentaram mais demissões do que desligamentos, tornando o saldo do emprego negativo. Para se ter uma ideia, enquanto no primeiro semestre de 2014 foram gerados 493,1 mil empregos celetistas, no primeiro semestre de 2015 houve destruição de 389,5 mil postos. É interessante notar, entretanto, que essa mudança no padrão dos saldos entre admitidos e desligados deve-se em maior medida a uma diminuição nas contratações do que aumentos nos desligamentos.

GRÁFICO 4

**Admissões, desligamentos e saldo trimestral do emprego formal**




Fonte: Caged/MTE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

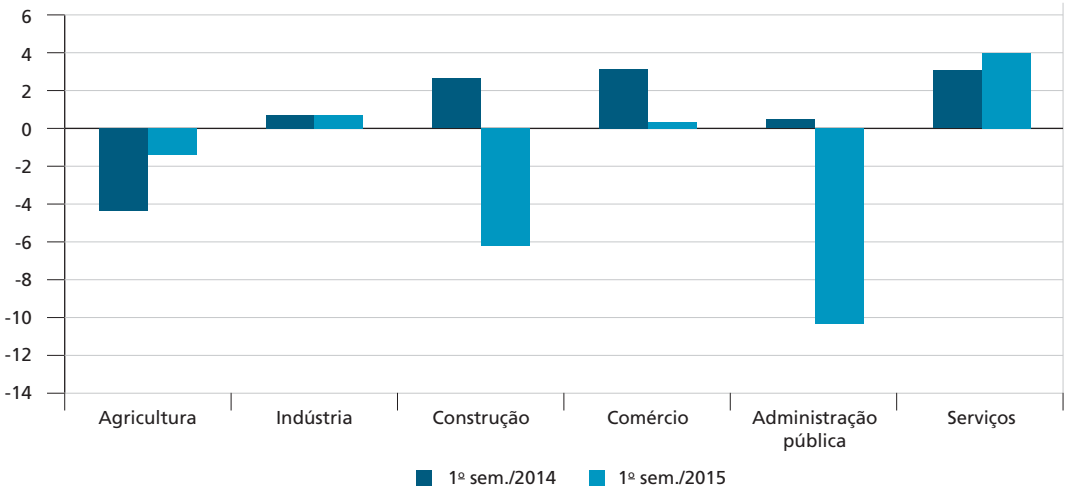
4. Os decréscimos da taxa de ocupação entre os semestres foram de: Centro-Oeste 1,5%; Norte 1,3%; Sudeste e Sul 1,2%; e Nordeste 0,8%.

No gráfico 5, verifica-se o comportamento da variação do nível de ocupação por setor de atividade nos seis primeiros meses de 2015 e 2014. Nele, nota-se que os setores apresentaram comportamentos bem distintos nas comparações semestrais. A queda está concentrada, sobretudo, na administração pública,[5] que teve um decréscimo de 10,3%, e na construção,[6] com queda de 6,7% no primeiro semestre de 2015. Ambos os setores haviam registrado variações positivas no número de ocupados no primeiro semestre de 2014. Por outro lado, o setor de serviços[7] destacou-se com o maior crescimento nos dois períodos analisados, 4,2% no primeiro semestre de 2015 em relação ao mesmo período de 2014 e 3,3% no ano anterior. O setor da indústria[8] teve um leve crescimento de 0,8% em 2015 e 2014. Já o setor de comércio[9] registrou um crescimento de 0,4% em 2015, bem menor que o registrado no ano anterior (3,4%).

GRÁFICO 5

**Variação semestral do nível de ocupação por setor de atividade**

(Em %)




Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

Os dados do Caged/MTE apresentam impressões um pouco distintas das verificadas com base na Pnad Contínua. No gráfico 6, tem-se a análise semestral do saldo entre admissões e desligamentos por setor de atividade nos anos de 2015 e 2014.

5. Atividades da administração geral (Executivo, Legislativo, administração tributária etc., nas três esferas de governo), regulamentação e fiscalização das atividades na área social e da vida econômica do país, atividades de defesa, justiça, relações exteriores etc. e gestão do sistema de seguridade social obrigatória.

6. Este setor compreende a construção de edifícios em geral, obras de infraestrutura e os serviços especializados para construção que fazem parte do processo de construção.

7. Nesse setor estão incluídas as atividades de alojamento e alimentação, educação, saúde e serviços sociais, atividades recreativas e culturais, serviços pessoais e serviços domésticos, atividades de intermediação financeira, seguros e previdência privada, atividades imobiliárias, aluguel de veículos, máquinas e equipamentos, atividades de informática, pesquisa e desenvolvimento, atividades administrativas e organismos internacionais. Inclui, também, o setor de transporte: atividades de transporte de passageiros ou mercadorias, atividades de armazenamento e carga e descarga e as atividades de correio, de malote e de entrega.

8. Abrange as indústrias extrativas, indústrias de transformação, eletricidade e gás (geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e fornecimento de gás), água e esgoto (captação, tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto e gestão de resíduos).

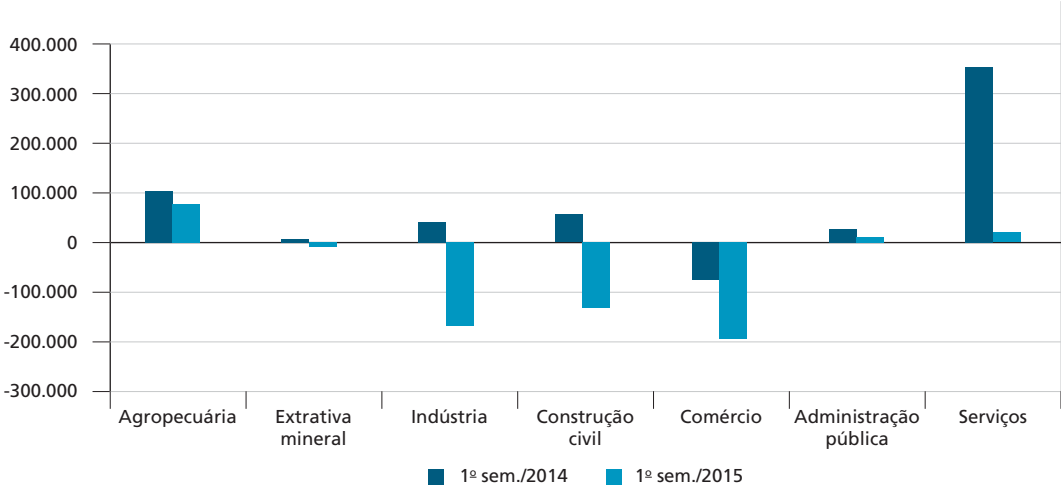
9. Compreende as atividades de compra e venda de mercadorias e também a manutenção e reparação de veículos automotores.

Nele, percebe-se que indústria[10] e comércio também registram variações negativas na ocupação no primeiro semestre de 2015, ao passo que a Pnad contínua apontava evolução positiva para esses setores. É importante frisar que há diferenças de cobertura dessas duas fontes de informação, com a cobertura do Caged restringindo-se aos trabalhadores empregados em vínculos formais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Isso sugere um aumento do emprego informal na indústria e no comércio, o que nos remete à próxima seção.

GRÁFICO 6

**Variação semestral do nível de ocupação por setor de atividade**

(Em milhares)




Fonte: Caged/MTE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

## 4 POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E INFORMALIDADE

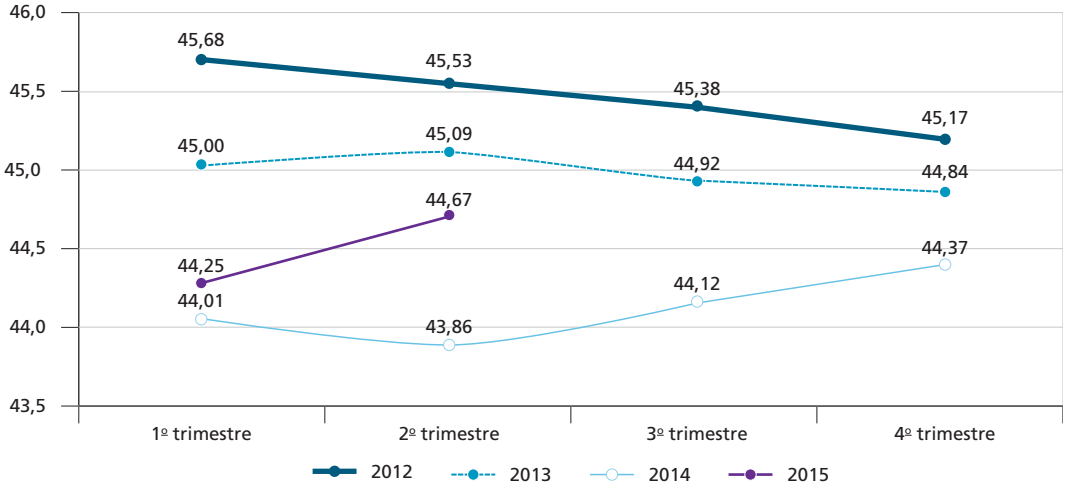
Analisando a evolução da população ocupada por posição na ocupação no primeiro semestre de 2015 em relação ao mesmo período de 2014, o destaque positivo fica por conta dos empregadores e dos ocupados por conta própria que registraram crescimento médio de 8,4% e 4,4% respectivamente. Já os trabalhadores sem carteira e com carteira assinada apresentaram decréscimo de 1,8% e 1,5% respectivamente.[11]

O contraste entre os resultados dos grupos dos trabalhadores protegidos (com carteira e militares ou funcionários públicos) e do grupo dos empregados sem carteira junto aos trabalhadores por conta própria e não remunerados moldam a evolução do grau de informalidade. O gráfico 7 permite dizer que o nível de informalidade médio da população ocupada no primeiro semestre de 2015 ficou em 44,5%, o que representa um crescimento de 0,5 pontos percentuais (p.p.) em relação a 2014. Vale destacar que a taxa em 2015 encontra-se em um patamar superior a 2014 e vem apresentando crescimento desde o 2º semestre de 2014 quando atingiu seu menor valor (43,9%).

10. Inclui os setores da indústria de transformação e os serviços industriais de utilidade pública.

11. Os militares/estatutários tiveram crescimento de 1% no período analisado.

GRÁFICO 7
**Evolução do grau de informalidade**
(Em %)




Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

Desagregando a taxa de informalidade por sexo, nota-se um crescimento maior na taxa entre os homens (1,6%) do que entre as mulheres (0,7%), na comparação entre os primeiros semestres de 2014 e 2015. No recorte por grau de instrução, todos os grupos tiveram aumento na taxa de informalidade na comparação 1º semestre 2014/1º semestre 2015, com os mais escolarizados (ensino médio completo) apresentando crescimento de 3,7%, seguido daqueles com ensino fundamental completo ou médio incompleto (1,6%), e por último o grupo com apenas o ensino fundamental incompleto (0,6%).

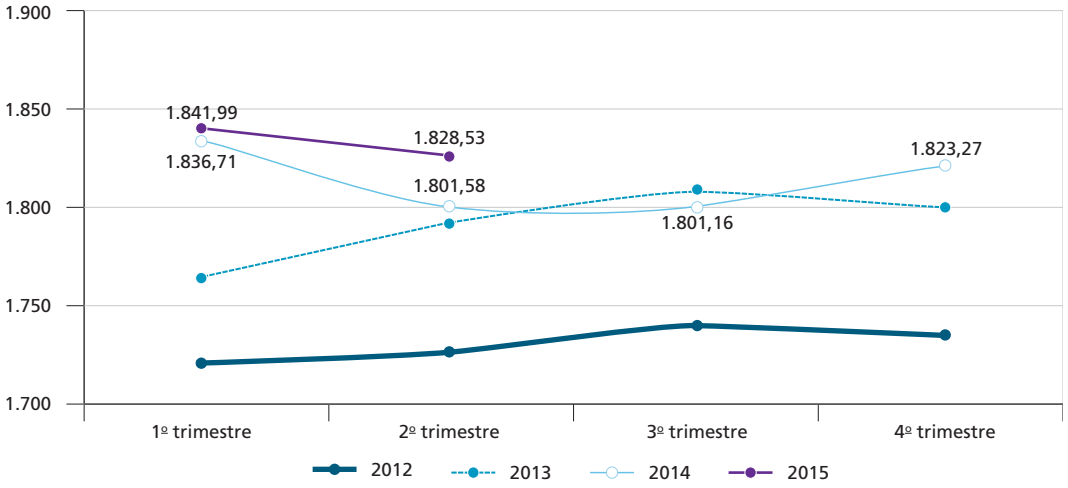
Ou seja, tanto os homens quanto os mais educados experimentaram maiores aumentos relativos na taxa de informalidade, assim como haviam registrado maiores aumentos relativos nas taxas de desemprego e maiores quedas nas taxas de ocupação.

Com relação à taxa de informalidade por faixas de idade, os jovens tiveram um crescimento de 2,4% na taxa, e os adultos (25 a 59 anos) registraram crescimento de 1% no mesmo período de análise. Já os mais velhos (60 anos ou mais) apresentaram redução de 0,8% na taxa de informalidade.

## 5 RENDIMENTO E MASSA SALARIAL

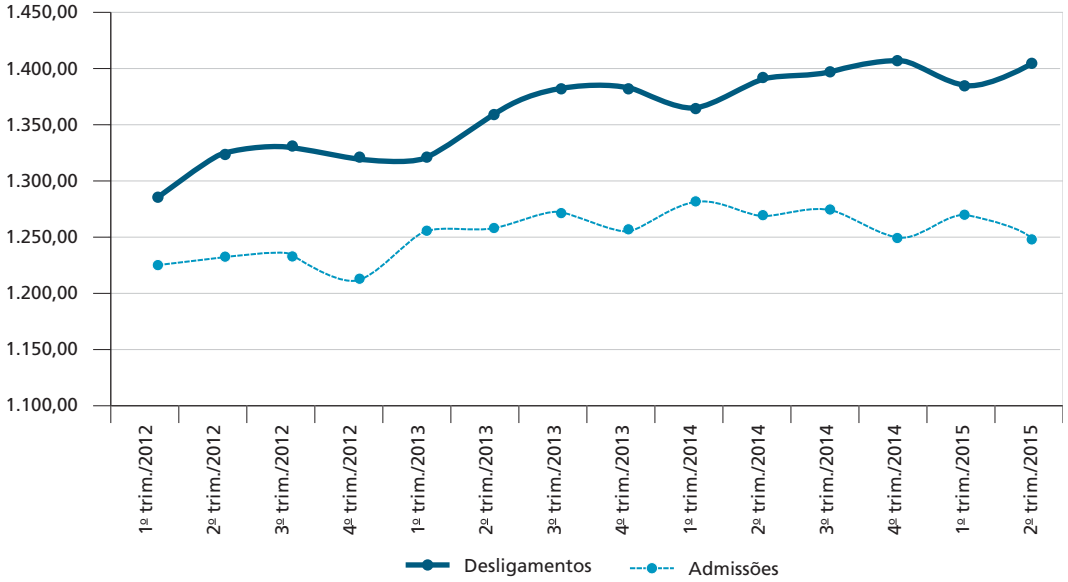
O rendimento médio real habitualmente recebido registrou um ganho médio de 0,9% no primeiro semestre de 2015 em comparação ao mesmo período de 2014, ficando em torno de R$ 1.835,26, registrando no segundo trimestre o valor um pouco abaixo do primeiro trimestre de 2015, que foi de 1.841,99 (recuo de 0,7%). No gráfico 8 é possível notar o rendimento real fechar o segundo trimestre de 2015 em um valor muito próximo daquele registrado no quarto trimestre de 2014 (R$ 1.828,53 contra R$ 1.823,27). No entanto, houve uma oscilação do rendimento ao longo do primeiro semestre de 2015 com crescimento no primeiro trimestre e queda no segundo. O gráfico 9 deixa claro que essa oscilação aparece com o mesmo formato para o salário de contratação. Ou seja, tal como no ajuste do emprego parece que as contratações também são importantes para determinar os movimentos do salário.

GRÁFICO 8
**Rendimento médio real habitual no trabalho principal**
(Em R$ de maio de 2015)




Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.
Obs.: Corrigido pelo IPCA15.

GRÁFICO 9
**Média trimestral do rendimento de admitidos e desligados**
(Em R$ de maio de 2015)




Fonte: Caged/MTE.
Elaboração: Disoc/Ipea.
Obs.: Corrigido pelo IPCA15.

Na desagregação dos rendimentos dos ocupados por nível de instrução, nota-se uma diminuição nos rendimentos dos menos escolarizados (queda de 2,4% para aqueles com ensino fundamental completo e médio incompleto e queda de 1,2% para ocupados com o ensino fundamental incompleto) e aumento no rendimento dos ocupados mais escolarizados, com pelo menos o ensino médio completo (1%) entre o 1º semestre de 2014 e 2015. Na repartição por sexo, é possível identificar um crescimento

maior no rendimento médio real das mulheres (1,8%) do que dos homens (0,5%) para o mesmo período. Na decomposição por faixas de idade, os jovens tiveram queda nos rendimentos na comparação semestral (2015-2014) de 1,2%. Já os adultos registraram crescimento de 0,4% e os mais velhos (60 anos ou mais) tiveram aumento de 2,3%.

Na comparação das médias semestrais de 2015 e 2014 do rendimento real por posição na ocupação, reportada na tabela a seguir, o grupo dos empregados sem carteira e dos trabalhadores por conta própria tiveram queda no rendimento de 2% e 1,5%, respectivamente. Já os empregados com carteira apresentaram o maior crescimento médio real, 1,2%, seguido dos empregadores (1%) e dos ocupados no setor público (0,8%). Como consequência desse fato, o diferencial de salários entre os empregados com e sem carteira aumentou de 71,2% na média do primeiro semestre de 2014 para 76,8% no semestre de 2015. A evolução desse diferencial é reproduzida no gráfico 10.

TABELA 1

**Rendimentos médios habitualmente recebidos segundo posição na ocupação**

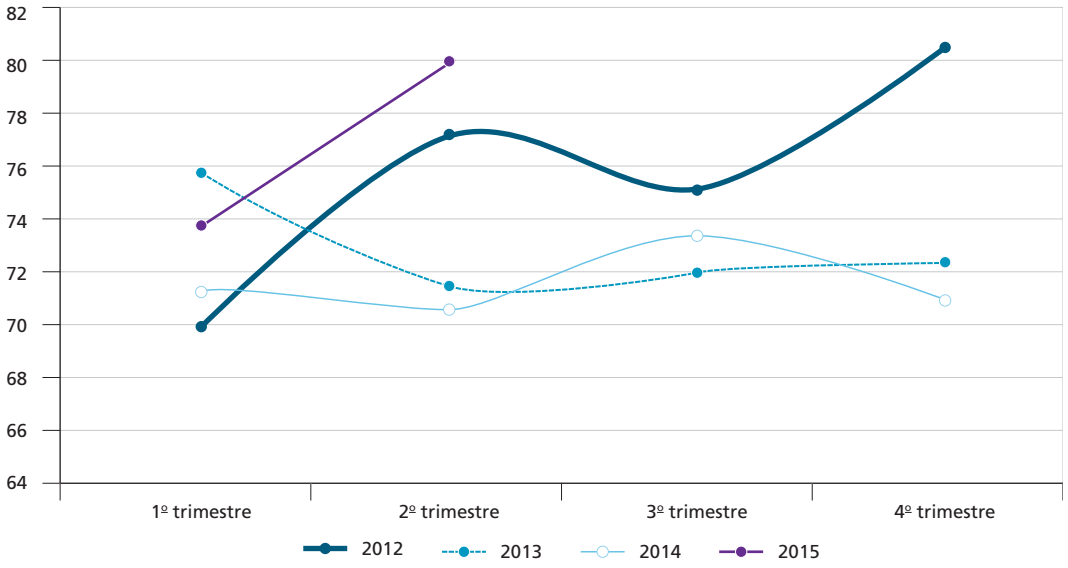
| | Setor público | Setor privado | | Empregador | Conta própria | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Com carteira | Sem carteira | | | |
| 1º sem./2014 | 3.222,32 | 1.761,49 | 1.028,85 | 4.924,11 | 1.473,63 | **1.819,15** |
| 1º sem./2015 | 3.247,67 | 1.782,81 | 1.008,42 | 4.971,08 | 1.452,26 | **1.835,26** |
| Variação (%) | 0,8 | 1,2 | -2,0 | 1,0 | -1,5 | **0,9** |

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.
Obs.: Corrigido pelo IPCA15.

GRÁFICO 10

**Diferencial de rendimentos entre os empregados com carteira e os sem carteira assinada**

(Em %)




Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.
Obs.: Corrigido pelo IPCA15.

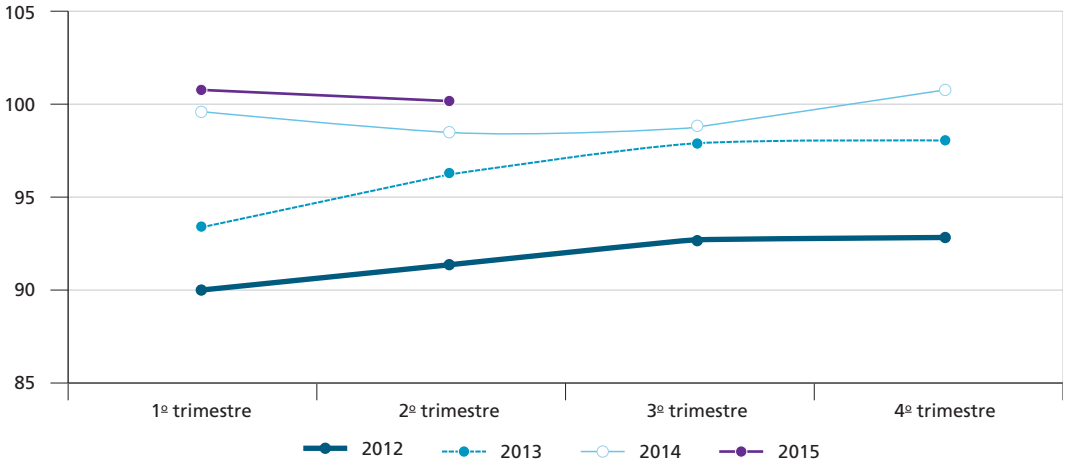
Na análise no rendimento dos ocupados por setor de atividade, o setor de construção foi o único que apresentou diminuição do rendimento real (-5%) na comparação entre

o primeiro semestre de 2015 e 2014. A indústria registrou o maior crescimento, 2,2%, seguido do setor de serviços (2,1%) e da administração pública (1,8%).[12]

No plano regional, enquanto as regiões Sudeste (2,2%), Centro-Oeste (1,1%) e Sul (0,7%) apresentaram crescimento no rendimento real dos ocupados entre os semestres analisados (1º semestre 2015/1º semestre 2014), as regiões Norte e Nordeste registraram queda no rendimento de 1,9% e 1,8% respectivamente.

No gráfico 11 observa-se a evolução da massa salarial de 2012 a 2015. Nele, pode-se notar que este indicador apresenta uma tendência estável no primeiro semestre de 2015. Na comparação entre as médias semestrais, houve um crescimento de 1,4% na massa salarial. Esse comportamento reflete o crescimento dos rendimentos e da população no primeiro semestre desse ano, como já apresentamos anteriormente.

GRÁFICO 11
**Massa salarial**
(Base 2º trimestre de 2015 = 100)




Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.
Obs.: Corrigido pelo IPCA15.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse texto procuramos analisar os dados da Pnad Contínua, com cobertura nacional, para traçar um diagnóstico da evolução recente do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo no primeiro semestre de 2015. Em termos agregados, os principais indicadores do mercado de trabalho brasileiro apontam um quadro preocupante. Tanto a taxa de desemprego quanto a taxa de informalidade registram crescimentos expressivos no primeiro semestre de 2015. Em particular a taxa de desemprego foi pressionada não só por um aumento na participação como também por uma queda no nível de ocupação. Ou seja, do ponto de vista quantitativo, a geração de postos de trabalho diminuiu. Além disso, pode-se dizer que a qualidade dos postos tem piorado nos últimos meses, ao menos nas dimensões captadas pela informalidade e pelo rendimento do trabalho.

Apesar de a elevação na taxa de desemprego e na informalidade, junto da queda na taxa de ocupação e nos rendimentos médios reais, indicar um quadro delicado por si só, talvez ainda mais preocupante seja a ausência de indícios de reversão nesse contexto. Pelo contrário, a contratação por salários cada vez menores, ao menos no âmbito do setor

12. Os setores de comércio e agricultura apresentaram crescimento do rendimento real de 0,3%.

formal, constitui um fator que tende a contribuir para o agravamento no desempenho desse mercado em um futuro próximo.

A análise desagregada por diversos segmentos da população também aponta um aspecto preocupante para a reversão desse quadro. A deterioração dos indicadores afeta, sobretudo, os homens e os mais escolarizados. Ambos os segmentos experimentaram quedas relativamente expressivas na taxa de ocupação com consequente aumento de desemprego aliado a aumentos relativamente expressivos também na taxa de informalidade. Dado que esse grupo tende a ter papel relevante na geração da renda familiar, pode haver um reflexo da deterioração no mercado de trabalho para o bem-estar das famílias.

Por outro lado, os trabalhadores idosos registraram aumento na taxa de ocupação acompanhado de diminuição na taxa de informalidade. Esse grupo só não registrou uma queda na taxa de desemprego devido a um expressivo aumento na taxa de participação, que também foi observado para as mulheres.

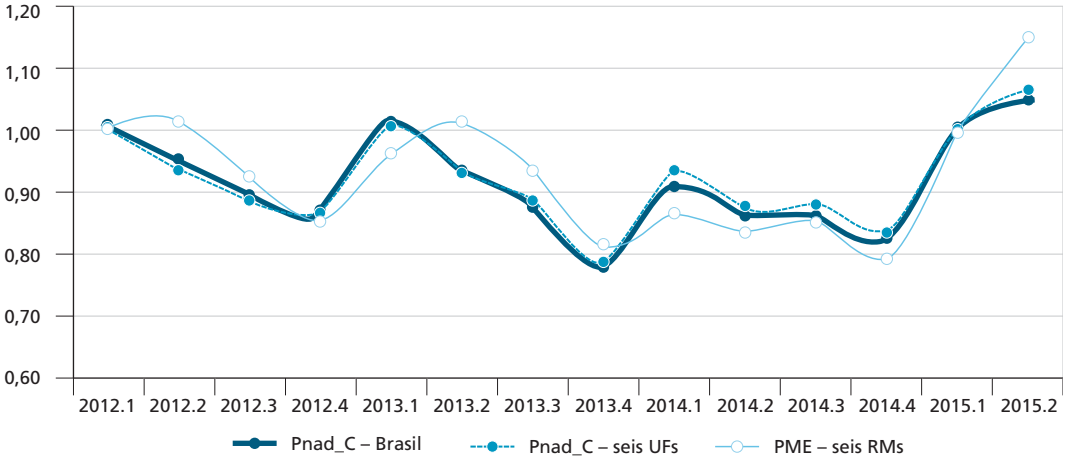
## APÊNDICE A

O objetivo deste apêndice é mostrar se existem diferenças na evolução dos indicadores aqui analisados quando aferidos pela Pnad Contínua ou pela PME. Para facilitar a comparação adotamos alguns procedimentos de harmonização dos dados. Em primeiro lugar calculamos os indicadores na PME por trimestre, em vez de expressa-los por mês. Dada as diferenças de cobertura geográfica entre as amostras das duas pesquisas, optamos por mostrar os indicadores mensurados de três maneiras, a saber: *i*) pela PME com cobertura das seis RMs; *ii*) pela Pnad Contínua com cobertura nacional; e *iii*) pela Pnad Contínua com cobertura restrita às seis Unidades de Federação (UF) que abrigam as regiões metropolitanas (RM) contempladas pela PME.

Para realçar as diferenças na evolução de cada indicador analisado, normalizamos o valor como sendo um no primeiro trimestre de 2012 para as três formas de mensuração.[13]

O gráfico A.1 a seguir mostra as diferenças na evolução da taxa de desemprego. É possível ver um crescimento bem mais expressivo desse indicador entre o segundo trimestre de 2014 e o segundo trimestre de 2015 quando medido pela PME.

GRÁFICO A.1
**Taxa de desemprego**
(Base 1º trimestre de 2012 = 1)

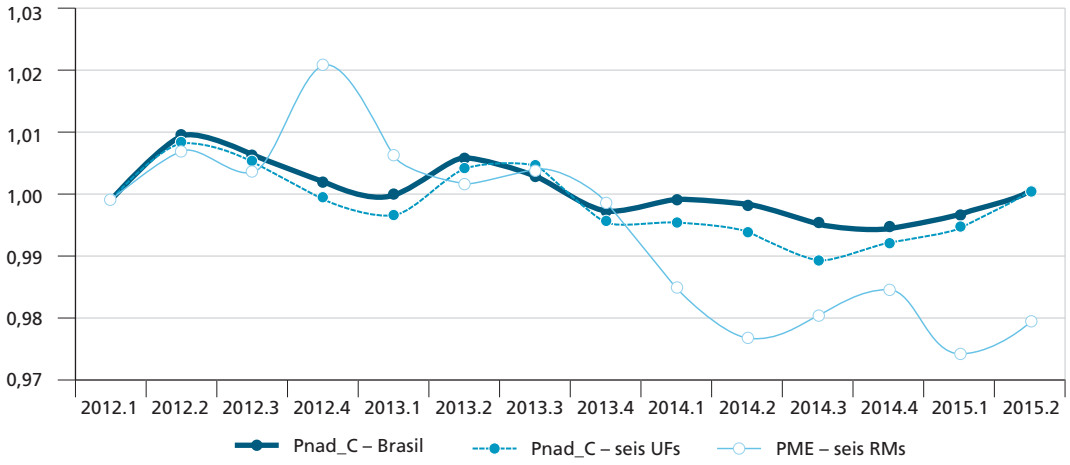



Fonte: Pnad Contínua/IBGE e PME/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

Em relação à taxa de participação, temos uma volatilidade maior na PME entre o segundo trimestre de 2014 e o de 2015, conforme atestado pelo gráfico A.2. Se olharmos para a tendência nesse período, temos crescimento na Pnad Contínua restrita às seis UFs e à estagnação na PME. Ou seja, o maior aumento na taxa de desemprego registrado pela PME não está associado a um aumento relativo da taxa de participação.

13. É sabido que no caso da taxa de desemprego há uma grande diferença de nível dessa taxa. A esse respeito ver nota técnica no número 58 deste mesmo boletim.

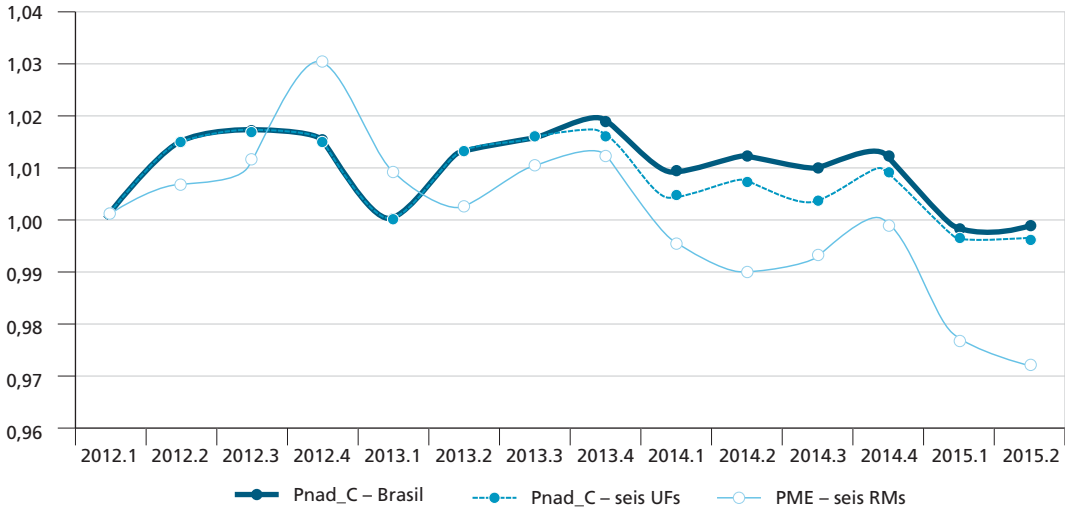
GRÁFICO A.2
**Taxa de participação**
(Base 1º trimestre de 2012 = 1)




Fonte: Pnad Contínua/IBGE e PME/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

A causa do maior aumento do desemprego pela PME vem ser uma maior queda da ocupação auferida por essa pesquisa, ilustrado pelo gráfico A.3.

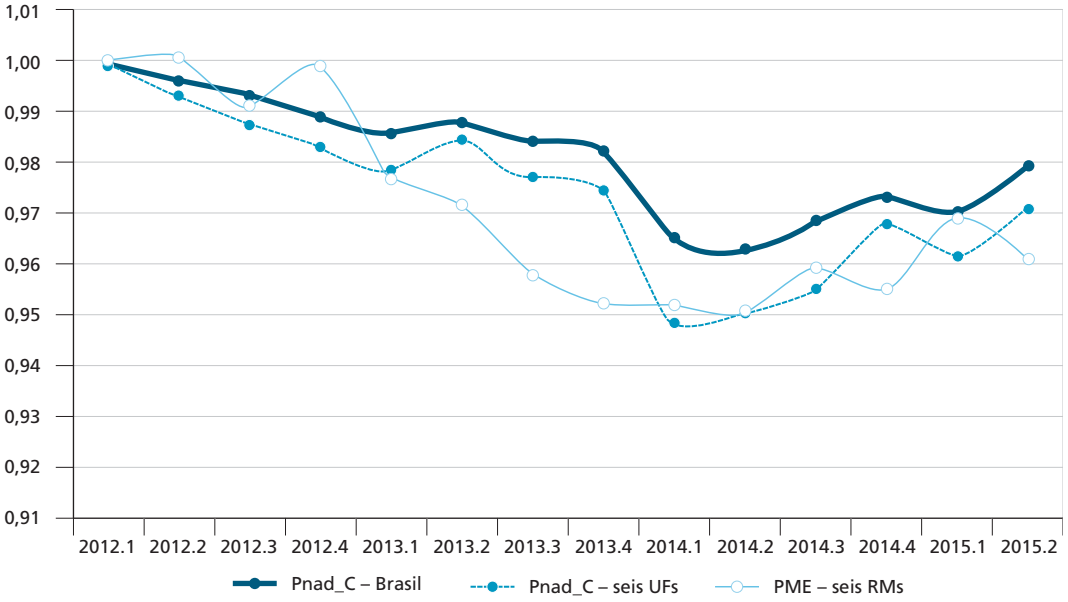
GRÁFICO A.3
**Taxa de ocupação**
(Base 1º trimestre de 2012 = 1)




Fonte: Pnad Contínua/IBGE e PME/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

No que tange a taxa de informalidade, o gráfico A.4 mostra que tanto PME quanto Pnad Contínua oscilam bastante em torno de uma mesma tendência, quando esta última fonte é restrita às seis UFs.

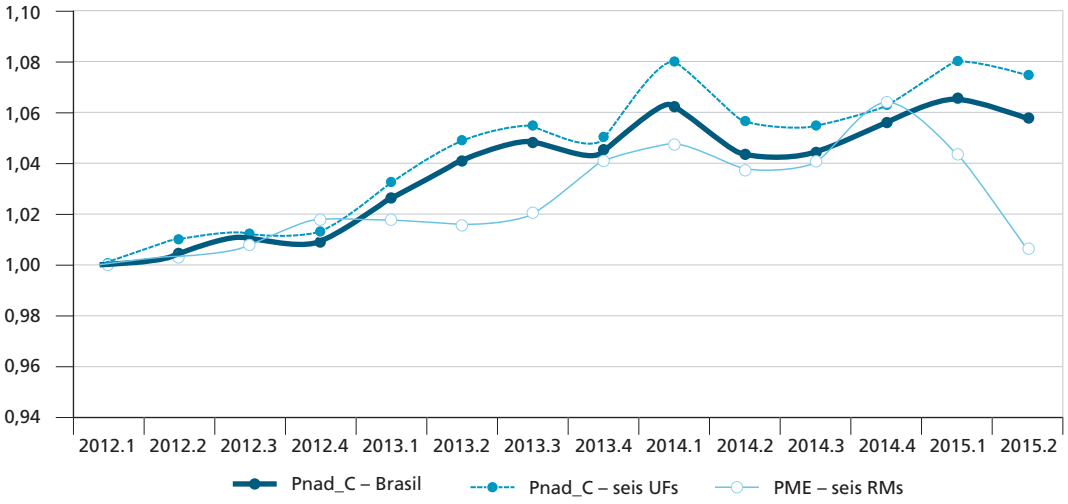
GRÁFICO A.4
**Taxa de informalidade**
(Base 1º trimestre de 2012 = 1)




Fonte: Pnad Contínua/IBGE e PME/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

Por fim, o gráfico A.4 compara as evoluções do rendimento médio. É nítido uma queda muito mais pronunciada desse indicador quando auferido pela PME.

GRÁFICO A.5
**Rendimento médio real habitual no trabalho principal**
(Base 1º trimestre de 2012 = 1)




Fonte: Pnad Contínua/IBGE e PME/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.
Obs.: Corrigido pelo IPCA15.

Em resumo pode-se dizer que os indicadores do mercado de trabalho tendem a retratar trajetórias mais negativas com a PME do que com a Pnad Contínua, ao menos no período do segundo trimestre de 2014 ao segundo trimestre de 2015.